

A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO: UM ESTUDO DO IMPACTO NO COMPORTAMENTO DESTA GENTE

PARTE 2

Nadir Chagas Ribeiro dos Santos¹

RESUMO

Este trabalho focou a influência da colonização na formação social, cultural, econômica e política do povo brasileiro e seu respectivo efeito no comportamento dessa gente. Teve como objetivo investigar se havia parâmetros para identificar um inconsciente coletivo cujas manifestações levariam os brasileiros a agirem e reagirem de maneiras peculiares e distintas dos demais povos. Baseou-se na interface das óticas psicanalítica, antropológica e jornalística, promovendo, como resultado, uma reflexão multidisciplinar. O percurso da pesquisa apontou comportamentos sociais reproduzidos historicamente nas relações de poder bem como no trato social e político; também indicou diferenças socioeconômicas que contribuíram para a formação da mentalidade do brasileiro, considerando-se, especialmente, a trajetória dos imigrantes e as construções do conceito de nação brasileira. Mostrou também as dificuldades com o enraizamento e projeto de formação de um país, a partir de suas matrizes. Relativamente à prática de aconselhamento, constatou-se que os parâmetros de construção de mentalidade de um povo propiciam uma abordagem qualificada do conselheiro e demandam, por sua vez, uma escuta sensível do sofrimento presente nas relações sociais e afetivas. O atual artigo focará a abordagem antropológica da formação do povo brasileiro. O texto relativo ao aspecto psicanalítico foi publicado na Revista da Teológica, edição nº. 10, de 2013. A íntegra do trabalho está disponível na biblioteca da Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVES: povo brasileiro; formação cultural; inconsciente coletivo; cultura brasileira; comportamento; colonização.

ABSTRACT

This paper focused the social, cultural, economic and political formation of the Brazilian people under the settlers influence and its impact on their behavior. The objective of this research was to investigate whether there were parameters to identify a collective unconsciousness which would influence Brazilians to act and react in a peculiar way, which is distinct from other peoples. The guideline to carry on such directive was the interface of psychoanalytic, anthropologic and journalistic perspectives which provided, as a result, a multidisciplinary reflection. The research's journey lead to a historical social pattern of behavior implemented by authorities and adopted within social and political relationships. It also identified social and economic differences that contributed to the formation of the Brazilian mentality, such as the history of immigrants and the construction of the concept of a Brazilian nation. It showed as well the difficulties related to settlement and the formation of a country from its matrices. As far as counseling is concerned, it has been noticed that the parameters to the construction of a people's mentality provide the counselor with a new approach and demand from him an accurate listening which is more sensitive towards the suffering present within social and affective relationships. In the light of the anthropological approach, this very article focuses the formation of the Brazilian people. The article on the psychoanalytic aspect was published in Revista Teológica, 10th edition, 2013. The entire work is available at Faculdade Teológica Batista de São Paulo's library.

KEYWORDS: Brazilian people; cultural education; collective unconsciousness; Brazilian culture; behavior; colonization.

Introdução

É comum ouvir de brasileiros comentários e expressões similares a “tinha que ser brasileiro mesmo”, por vezes com conotação positiva, mas, em geral, carrega um tom depreciativo, pejorativo e de desaprovação. Exemplo: ao presenciar uma situação em que alguém obtém vantagem indevida, a indignação comumente leva à referida expressão, sugerindo que o próprio brasileiro, inconscientemente, identifica aquela atitude como típica de sua gente. O mesmo acontece quando um brasileiro reage de forma divertida em face de uma situação na qual a reação seria oposta, não fosse o fato de ser brasileiro. Há um “jeito” de ser brasileiro, que é reconhecido, inclusive, por estrangeiros.

O que o fato de ser brasileiro tem a ver com comportamentos específicos? E por que o próprio brasileiro identifica-os como típicos de sua gente? Haveria um inconsciente coletivo do povo brasileiro que o levaria a ações e reações típicas, que se repetem por gerações, e que são identificados, pelos próprios brasileiros, como peculiares à nacionalidade?

A resposta não é devido à tez ou nome/sobrenome, pois aqui há Silvas, Matinezes, Nakamuras, Schneiders, Smiths, Kassabs, Abduls, descendentes de índios, africanos, europeus e asiáticos – uma mistura de raças e nacionalidades.

Esta investigação é relevante por beneficiar a interação de brasileiros com seus compatriotas e com outros povos; contribuir para o desenvolvimento da antropologia, educação, política, cultura, ciência, literatura, negócios, especialmente em função da participação do Brasil no cenário global. Ademais, constata-se escassez de literatura no vernáculo, em contraste com a crescente demanda por conhecimento e na dinâmica dos processos psicossociais e culturais imbuídos nas relações cotidianas e históricas.

Sendo o Brasil uma nação jovem, se comparada às orientais, a produção de trabalhos acadêmicos que explorem e esclareçam o ser brasileiro é relevante para sua expansão e progresso.

Em função da abrangência, complexidade e multidisciplinariedade do tema, a pesquisadora não se propôs a esgotar o assunto, mas pretendeu apresentar uma opção de parâmetros para reflexão.

O trabalho original está depositado na biblioteca da Faculdade Teológica Batista de São Paulo e foi apresentado em três capítulos, com as considera-

ções da pesquisadora ao final. O primeiro, publicado na edição nº. 10 da Revista da Faculdade Teológica, abordou a formação do povo brasileiro a partir de uma perspectiva psicanalítica, baseado na obra *“Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil”*, de Contardo CALLIGARIA. O presente artigo, baseado no segundo capítulo, foca a formação desta gente sob uma concepção antropológica, tendo como fundamento o livro *“O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”* (referida apenas como *“O Povo Brasileiro”*), de Darcy RIBEIRO. E finalmente, o terceiro, a ser publicado na próxima edição, abordará a perspectiva jornalística-investigativa sobre a formação do Brasil, tendo como base o livro *“1808”*, de Laurentino GOMES.

A perspectiva antropológica sobre a formação do povo brasileiro

“O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, de Darcy Ribeiro, apresenta o brasileiro como um povo novo, formado a partir da confluência, entrechoque e caldeamento de portugueses, índios e negros, mas de todos eles, formando uma estrutura societária singular.

Apesar das variadas matrizes formadoras, Ribeiro defende que o Brasil não gerou, como em outros locais, uma sociedade multiétnica, dilacerada e com minorias raciais, culturais e regionais – os brasileiros são mais caracterizados pelo que tem em comum, do que pelas suas diferenças, sejam raciais ou culturais. Todavia, apesar da uniformidade, ainda há disparidades, contradições e antagonismos.

Explica: o processo de formação nacional ocorreu com uma exacerbada estratificação da sociedade, gerando uma profunda distância social que resultou em um desafio mais intransponível do que as diferenças raciais, pois o trabalho escravo empregado para servir aos propósitos pessoais e mercantis era repressor e violento, um “genocídio e etnocídio implacável” (2006, p. 21).

Há no Brasil, na perspectiva de Ribeiro, uma estratificação social que concentra, de um lado, os brasileiros ricos, e de outro, os pobres, e desses, separados por uma barreira quase intransponível, os miseráveis, ignorados, maltratados e explorados pela minoria privilegiada, que encara a situação como se fosse natural, confundindo fusão racial com dominação. Isso gera uma falsa sensação de democracia racial, que, por sua vez, representa um abismo entre as classes sociais. Segundo Ribeiro, se o povo-massa deixasse de ver a ordem social como uma estrutura sagrada na qual a uma minoria privilegiada tudo se permite e a quem tudo se consente, em detrimento do povo sofrido e

perplexo, este despertar aconteceria. Apesar de a história brasileira não registrar muitas reações por uma reestruturação social, Ribeiro destaca a preocupação das classes dominantes com a eclosão repentina de conscientização do povo-massa da injustiça social e alerta: a preocupação persiste atualmente por conta do antagonismo na sociedade, que poderia transformar-se em uma convulsão social na qual as classes dominantes tudo fariam para conter a rebeldia e a explosão emocional e manter a velha ordem desigualitária (2006, p. 22).

Ribeiro reporta que as matrizes étnicas do brasileiro, embora formada por poucos, eram um grupo “superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas” (2006, p. 26), tais como pela transmissão de infecções para as quais os nativos não tinham resistência, levando-os à morte. A destruição não se restringia aos vírus que imigraram do outro continente, mas também aos valores e hábitos: além das pestes que acompanham os europeus e assolavam a população indígena, havia outros níveis de conflitos - o ecológico (disputando território e cobiçando suas riquezas), econômico-social (escravizando-os e introduzindo o mercantilismo da produção) e étnico-cultural (introduzindo aos silvícolas nova língua, hábitos e costumes).

A reconstrução do processo de formação do brasileiro é complexa especialmente em função do testemunho do colonizador, que narra suas próprias façanhas e o que sucedeu com os índios e negros.

Dos grupos indígenas presentes no território, Ribeiro destaca a matriz Tupi, que, por conta de sua estrutura social, sem, hierarquia (exceto pelo pajé), sem camadas superiores ou inferiores na tribo, impossibilitava a organização como Estado e tornava impraticável a dominação. Os Tupis viviam em constante conflito entre si, ora pelo atíçamento dos invasores, ora por conta das disputas internas em busca de terras mais apropriadas para subsistência e prisioneiros para os rituais de antropofagia. Tais rituais demandavam a captura de um guerreiro que enfrentasse a cerimônia de forma altiva e corajosa; dessa forma, se o capturado defecasse de medo diante da morte, tal prisioneiro não era digno de ser comido, pois “não se comia um covarde” (2006, p. 31).

Ribeiro contrasta a precariedade da estrutura social silvícola com a “Lusitanidade”, uma civilização urbana, cujo “centro de decisão ... Lisboa ... previa, planificava, ordenada, provia” (2006, p. 34) e contava com a coordenação da Igreja Católica e seu braço repressivo, o Santo Ofício.

Por conta de sua visão mítica do mundo, os índios viam a chegada dos

européus como enviados do deus sol, o criador – Maíra, apesar de serem “feios, fétidos e infectos” (2006, p. 38). A ingenuidade era tal que muitos embarcaram com os europeus pensando estarem indo para a Terra sem Males, morada de Maíra, quando na verdade haviam se transformado, depois do pau-brasil, na principal mercadoria de exportação para a metrópole. Mas ao se depararem com a realidade, os silvícolas começaram a questionar se Maíra estaria morto e passaram a buscar explicações para a hecatombe que tirou deles a alegria, valores, liberdade, e até a vontade de viver. A pregação missionária trouxe-lhes o inferno e a culpa da iniquidade. A cristandade apresentou-se “como o mundo do pecado, das enfermidades dolorosas e mortais, da covardia, que se adornava do mundo índio, tudo conspurcando, tudo apodrecendo” (2006, p. 39).

Os que chegavam vislumbravam ganhos em ouro e glórias e os daqui eram atraídos pelas irresistíveis ferramentas ou quinquilharias de adornos - duas civilizações não apenas distintas, mas opostas em suas concepções de mundo, vida, morte e amor. Para os índios, os deuses eram bons, pois lhes proporcionaram uma natureza farta e sentidos para desfrutar os prazeres, “sobretudo, sexos opostos e complementares, feitos para as alegrias do amor” (2006, p. 40) e viam os que chegavam, em contraste, como gente sofrida, carregando as culpas pelo pecado de Adão, conscientes de seus próprios pecados e destinados à perdição eterna. Em contrapartida, os europeus percebiam nos locais “um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestatça. Que é que produziam? Nada. Que é que amealhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver” (2006, p. 40).

Ribeiro relata que aquele modo de vida, que não andava ansioso pelo dia de amanhã, que confiava na Providência para suprir suas necessidades (como aconteceu com os antepassados), que vivia um dia de cada vez, foi tido como pecaminoso pelos evangelistas. Já os índios percebiam os recém-chegados como aflitos, desgastando-se em afazeres, sofrendo demasiadamente, trabalhando como se fosse isso sua condenação, acumulando e subordinando tudo ao lucro e preferiam reter a dar. Duas cosmovisões antagônicas.

Para exemplificar o antagonismo, Ribeiro registra o inconformismo de um índio questionando as motivações dos portugueses e franceses:

por que vindes ... buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? – Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes ... Ah! Retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas ... Mas esse homem tão rico de que me falas não morre? Sim, disse eu... perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? – Para seus filhos se os tem ... na falta deles, para os irmãos ou parentes mais próximos. – Na verdade, continuou o velho ... agora vejo que ... sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos ... e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimenta-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos, mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados (2006, pg. 42).

Ribeiro ressalta que a estratégia de evangelização dos índios adotada pelo Padre Manuel da Nóbrega compreendia acabar com a antropofagia e escravizá-los, o que resultou em um “somatório de violência mortal, de intolerância, prepotência e ganância. Todas as qualidades mais vis se conjugaram para compor o programa civilizador de Nóbrega.” (2006, p.47).

Assim, em poucas décadas, as populações nativas praticamente desaparecem, instalando-se, em seu lugar, três tipos de povoações “o primeiro e principal, ... de escravos africanos dos engenhos e portos. Outro ... formado principalmente por mamelucos e brancos pobres. O terceiro esteve constituído pelos índios “ (2006, p. 49).

Apesar da falta de escrúpulo humanitário do projeto jesuítico, Ribeiro registra o surgimento do conflito entre os padres da Companhia e os colonos - os primeiros passaram a crer que os índios – em declínio e ameaçados de extinção – eram criaturas de Deus e donos originais da terra, com direito a sobreviver se abandonassem suas heresias e se incorporassem à Igreja; os colonos, contudo, viam os índios como “gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão” (2006, p. 49). Restava aos aborígenes duas alternativas: redução missionária (defendida pelos jesuítas) ou escravidão (defendida pelos colonos). Prossegue Ribeiro, “A curto ou longo prazo, triunfaram os colonos, que usaram os índios como guias, remadores, lenhadores, caçadores e pescadores, criados domésticos, artesãos; e sobretudo as índias, como os ventres nos quais engendraram uma vasta prole mestiça, que viria a ser, depois, o grosso da gente da terra: os brasileiros” (2006, p. 49)

Índios e colonizadores mudaram de opinião: os primeiros, antes belos e generosos, passaram a ser vistos como canibais, comedores de gente, detestáveis; por sua vez, os colonizadores transformaram-se em inimigos para os índios, apesar de haverem os que genuinamente criam estar cumprindo a missão cristã de construir o reino de Deus na expansão ibérica.

Para Ribeiro, os missionários vislumbravam implementar nas Américas o Novo Mundo, uma sociedade pia, seráfica, igualitária, solidária, orante, distinta da corrompida e corrupta Europa; todavia, isso conflitou com os interesses dos colonos, cuja usura e cobiça eram insaciáveis. A largueza e fartura da terra não foram suficientes para acomodar tais interesses inconciliáveis.

Para Ribeiro, as missões proporcionaram aos índios uma triste vida de catecúmenos, suportável apenas diante da possibilidade de caírem nas mãos do colono (2006, p. 55), que parecia jamais enriquecer o bastante. Não há registros de religiosos se dispostos a enfrentar a fúria mercantilista dos colonos em favor dos índios: silenciaram diante da impiedade, das aldeias incendiadas, da escravidão – ao contrário, vendo-se vencidos, acabaram entregando, “inermes, desvirilizados, os seus catecúmenos ao sacrifício e a escravidão a mão possessa dos colonos” (2006, p. 57).

Ribeiro registra alguns questionamentos dos estrangeiros: seriam os índios humanos, teriam a imagem e semelhança de Deus, poderiam ser salvos, seriam manipulados pelo demônio, poderiam livrar-se da luxúria e deixar de se amar feito animais? Poderiam superar a preguiça? Poderiam deixar de ser inúteis? Teria o dilúvio alcançado esta terra? A salvação por meio do Messias dos hebreus seria aplicável a eles? Seriam também culpados do pecado original? As profecias valeriam também para os índios?

Ribeiro reconhece o esforço dos portugueses para colonizar o Brasil, gerando, ao final, o brasileiro tal qual é, a quem chama de “deseuropeus, desíndios e desafros” (2006, p. 63). E conclui: o resultado das conversões transformava o índio em um pecador, desaposado de sua terra, escravizado em seu corpo, convertido em bem semovente, despojado de alma, que só poderia contar com uma compensação vicária no Paraíso.

Na sequência, Ribeiro apresenta uma prática vigente no início do processo de colonização, conhecida como *cunhadismo*: hábito indígena de incorporar estranhos à comunidade, entregando uma moça indígena como esposa do recém-chegado, aparentando-o assim, ao grupo. Isso permitia ao europeu adentrar a família indígena e, dessa forma, tinha, a seu dispor, mão de obra

para cortar paus-de-tinta, transportá-los, carregar e descarregar navios e, posteriormente, fazer prisioneiros.

Com o tempo, o *cunhadismo* passou a representar uma ameaça à Corte portuguesa. Para preservar seus interesses, Portugal implementou as donatarias² para povoar as terras e fazê-las produzir. Dentre os poderes concedidos pelo rei aos donatários estava o de aplicar pena capital. Ribeiro relata um trecho da carta endereçada a Duarte Coelho em 1534: “atendendo ... à conveniência de povoar o Brasil ... todos os criminosos que nele queiram morar, ainda que condenados por sentença, até em pena de morte, excetuando-se somente os crimes de heresia, traição, sodomia e moeda falsa” (Malheiro Dias 1924:III, 309-12 apud 2005, p. 77).

Com as donatarias, o Brasil experimentou uma crescente prosperidade acompanhada de dificuldades: carregar as numerosíssimas naus que levavam diversas mercadorias, pois juntar tudo demandava o equivalente em quinquilharias para os índios. Os bens deveriam seguir para a Coroa portuguesa e uma das dificuldades era o desvio e contrabando com os franceses, o que levou Portugal a instalar, na Bahia, um Governo Geral, com Tomé de Souza, que se fez acompanhar, em 1549, por funcionários civis e militares, soldados, artesãos, cirurgiões, pedreiros, barbeiros, oureiros, serradores e outros profissionais, bem como jesuítas e degredados – mais de mil ao todo.

Nesse ínterim, o *cunhadismo* começa dar lugar à disciplina pia, que lutava para controlar o erotismo dos fiéis, com castigos de força para os homens e disciplina para as índias. A economia floresce, mas começa a se experimentar a antítese da fartura-fome, pois não se plantava para comer, mas para mercenciar.

O Brasil de então começava a experimentar uma nova fase: dificuldade de aliciar os índios em função de os mesmos haverem se saciado das antigas bugigangas, exigirem maior retribuição por seus esforços e também por conta do crescente desafio para localizar madeira; ademais, as fazendas precisavam sustentar uma crescente população. Nessa ocasião, Ribeiro reporta o registro de epidemias, fome e inclusive de uma greve dos índios que, rebelados, se recusaram a plantar nas fazendas dos colonos.

Para gerenciar a crise imposta pela situação, acrescida da ocupação francesa, Mem de Sá, aconselhado pelos jesuítas, guerreia contra os índios vizinhos e, ao final, obtém dos missionários a rendição dos nativos e impõe regulamentos de toda sorte, desde agrupamentos por sexo até as tarefas diá-

rias (trabalhar, caçar, fiar, rezar, fornicar), que eram marcadas pelos sinos. Por conta da falta de mão de obra, mais guerra foi conclamada pelo governador contra os índios. O caos se instala, porque além dos ataques nas aldeias, a população era também dizimada pela epidemia de varíola, que poupa os portugueses, mas devasta os índios. Estes, sem comida e desesperados diante de tamanha mortandade, se entregam aos brancos em troca de comida.

Conta Ribeiro que, por falta de mão de obra e crescente demanda por mercadorias, os donatários passaram a utilizar a escravidão, desta vez, de negros africanos, fazendo surgir, especialmente no nordeste brasileiro, uma nova população de mulatos e mulatas, que não eram negros, nem índios, nem europeus, ou africanos, mas gerados pela mestiçagem entre todos eles com os mamelucos. E esta população de escravos e mestiços, compelida a adotar a fala do capataz que a todos subjugava, adota o português na comunicação, consolidando a língua no Brasil.

Para Ribeiro, os colonizadores enxergavam os nativos da terra como bestas de carga, usados até a morte. E o único requisito legal para escravizar um índio era que o mesmo fosse livre. Ao contrário do que muitos afirmam atualmente, o índio, por séculos, foi tido pelos colonizadores como um trabalhador ideal, pois transportava cargas ou pessoas, cultivava gêneros, preparava alimentos, caçava e pescava e guerreava as guerras dos brancos contra sua própria gente e custava a quinta parte de um negro importado.

Para Ribeiro, a situação dos índios agravou-se significativamente quando os jesuítas foram expulsos pelo Marques de Pombal. Aquilo que, em princípio, significaria a liberdade dos nativos, tornou-se ainda mais prejudicial, pois a partir de então, ao invés de comprá-los e fazer deles um capital humano a ser zelado, os índios passaram a ser arrendados – e o lucro dos arrendatários era maior se o índio comesse menos e mais rápido terminasse sua obra. Mas pior do que lusitanos transformando índios em escravos era a sua própria gente, os *brasilíndios*, se proporem a tal tarefa.

Ribeiro entende que esta forma de lidar com seu semelhante se implementou no Brasil, pois o ofício de caçadores de gente se transformou em modo de vida dos paulistas que eram, aos seus próprios olhos, valentes e respeitáveis. Os jesuítas passaram a chamar esses *brasilíndios* de mamelucos³ por conta de sua brutalidade e desumanidade. Os mamelucos do Brasil transformaram-se em impositores da dominação que os oprimia.

Para Ribeiro, a contribuição cultural do negro foi pouco relevante na formação daquilo que denominou “protocélula da cultura brasileira” (2006, p. 102). Trazidos principalmente da costa ocidental africana, aliciados para trabalhar na produção açucareira, seu papel foi mais passivo do que ativo, mas tiveram importância significativa como massa trabalhadora. Eles foram introduzidos à já formada célula luso-tupi para aqui aprender a viver.

Apesar de serem provenientes de uma cultura relativamente homogênea, os negros vinham de uma significativa multiplicidade de línguas, o que não contribuiu para que, ao chegarem no Brasil, pudessem formar uma unidade linguístico-cultural que propiciasse uma unificação da raça submetida à escravidão. Até a religião os desunia. Ademais, havia uma estratégia de evitar concentrar negros oriundos da mesma etnia no mesmo espaço físico. Dessa forma, ao lado de outros escravos de mesma cor e condição, mas distintos tanto na língua como na identificação tribal e frequentemente hostis entre si, os negros acabaram por incorporar-se à nova sociedade. Adaptaram-se e, pela falta de índios, transformaram-se, além de bestas de cargas (homens) e fêmeas animais (mulheres), em agentes de difusão do colonizador para ensinar a língua, o trabalho e as normas aos escravos recém-chegados.

Ribeiro apresenta a forma como os negros eram capturados na África e trazidos para o Brasil: caçados por um de seus semelhantes que empregava a mesma armadilha para caçar um animal, era levado até a praia e trocado por tabaco, aguardente ou outra bugiganga. Era então “acomodado” em um navio de forma que não ocupasse muito espaço. Faria suas necessidades fisiológicas ali mesmo, como um em caixão, junto com outras presas. Comeria, durante a viagem, se pudesse, junto com a excrecência de todos e se sobrevivesse, seria exposto como cavalo e arrematado pelo preço que seu corpo atraísse do comprador. Seria então levado, acorrentado, para seu destino final no Brasil: moinho de açúcar ou minas, para trabalhar à exaustão, sem sequer um prazer e, seguramente, com os castigos físicos que seu capataz quisesse lhe impingir, como prática pedagógica, para puni-lo ou prevenir, sendo queimado vivo, marcado a ferro, tendo um tendão cortado ou algo semelhante, mas de toda forma, mais cruel do que o ritual antropofágico dos chamados selvagens.

O mundo dos índios, europeus e negros não era apenas diferente, mas antagonico. O nativo opunha-se à relação com o metropolitano que, em contrapartida, desprezava a gente da terra, mas não podia viver sem ela. Tal disparidade induz à perplexidade, pois ao invés de formar famílias com sua própria gente, tanto nativos como colonizadores geraram, no Brasil, mestiços de toda sorte. Assim, o brasileiro passou a reconhecer-se a si próprio mais

pela estranheza que provocava no lusitano do que por sua identificação como membro de alguma comunidade sociocultural, que não era indígena, nem negra ou europeia, mas que pretendia ser superior as primeiras e iguais à última, lamentando por não o ser, consciente de que lhe era subalterno.

Ribeiro revela que até mesmo os filhos de pais brancos nascidos no Brasil se envergonhavam de serem filhos da terra e ocupavam uma posição inferior àquele proveniente da metrópole. Como consequência, recusava a identidade de nativo, discriminava os *brasilíndios*, negros e demais mestiços.

Para Ribeiro, o mameluco talvez tenha sido o primeiro brasileiro consciente de si – mestiço na carne e no espírito, cujo relacionamento com seus ancestrais americanos e europeus era de desprezo recíproco e, em relação aos reinóis e luso-nativos “via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: brasileiro” (2006, p. 115). E assim surge, aos poucos, a brasilidade, com grande esforço para construir sua identidade: ou se era brasileiro, mesmo contra a vontade, ou nada, falante da língua portuguesa com influência tupi, adaptada aos trópicos, vinculada aos portugueses.

Ribeiro entende que o índio não virou brasileiro nem tampouco o negro ou europeu, mas sim os filhos destes com um estranho, que ao se questionarem quem eram, não encontravam resposta: nem índio, nem branco, nem negro, mas em busca de um identidade grupal. Para Ribeiro, “sentia-se desafiado a sair da ninguedade”, deixar de ser ninguém e construir uma identidade étnica: a de brasileiro, “se não orgulhoso de si, ao menos resignado”.

E por resultar da miscigenação dessa gente, recebendo a influência que contribuiu para sua formação, quando pôde construir sua própria identidade étnica, que não mais se identificava com nenhuma de suas origens, mas de todas herdeiro, o brasileiro encontrou-se como tal, passando a perceber-se distinto de todos e, ao mesmo tempo, semelhante. E como forma de conviver com tamanha ambiguidade, adota a zombaria, como fez Gregório de Matos, que ao referir-se à nobreza da Bahia:

A cada canto um grande conselheiro,
Que nos quer governar a cabana, e vinha,
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro (2006, p. 120.
RIBEIRO apud GUERRA 1990:33).

Ao concluir, há que destacar o contraste apresentado por Ribeiro entre a América do Norte, de origem britânica, e a América do Sul, de origem ibérica: lá formou-se um povo livre, que fez seu destino, evoluiu rapidamente para uma sociedade democrática, cônica de suas obrigações e seus direitos civis; cá, uma elite de latifundiários, que oprime a massa de forma desumana, não lhe concedendo direitos, hostilizando-a e condenando-a ao arbítrio, ignorância e pobreza. Em compensação, isso transformou o brasileiro em um ser mais humanizado que, ao contrário dos irmãos do norte, acolhe, assimila e abraçadora, ainda hoje, multidões de imigrantes de toda parte. Ribeiro sugere uma justificativa para o progresso de uns em detrimento de outros: há uma diferença entre os povos transplantados (aqueles com identidade definida na Europa e que por conta de sua configuração, puderam incorporar-se à nova civilização a partir de suas próprias matrizes) e os povos cujas matrizes não puderem ser implementadas aqui por conta da tarefa que lhes foi outorgada, qual seja, difundir povos que reuniu, tão diversos e distintos uns dos outros. Para os últimos coube também a tarefa de definir uma nova identidade étnica.

Para Ribeiro, “nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente” (2006, p. 108). Os brasileiros, acrescenta o autor, herdeiros tanto da doçura como da crueldade, apesar de carregar a predisposição de torturar e machucar, também geram, diferente de tantos povos, uma sociedade solidária.

Na próxima edição da Revista Teológica será publicado o último artigo desta série, baseado na obra de Laurentino Gomes, com abordagem jornalista-investigativa, sobre a formação do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Editora Escuta. 1991. 1ª edição.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 2ª edição.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 12ª reimpressão.

¹ Advogada e tradutora, mestranda pela Universidade Mackenzie, pós-graduada em aconselhamento e direito internacional. Nadir.chagas@gmail.com . Orientadora deste projeto: Prof. Dra. Patricia Pazzinatto.

² gleba de terra de 30 léguas de cara.

³ Mamelucos eram uma casta de escravos que os árabes tomavam de seus pais para criar e adestrar em suas casas, onde desenvolveriam o talento que eventualmente pudessem revelar. Poder-se-iam transformar-se em ágeis cavaleiros de guerra ou, se fossem covardes, policiais e espões; seriam ainda *eunucos*, se não tivessem outro mérito. Mas se tivessem talento para exercer o mando sobre os demais, eram chamados de *mamelucos*. (2006, p. 96)